



Presidente Fernando Collor

PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

- Concepção e Permanência
 - Realizações
 - Prioridades
-



PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

- Concepção e Permanência
- Realizações
- Prioridades

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

Projeto de reconstrução nacional: concepção e permanência, realizações, prioridades. Brasília, Presidência da República, 1990.

20p.

1. Brasil — Política e Governo. I. Título.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

- Concepção e Permanência
- Realizações
- Prioridades

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Imprensa

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

OPÇÃO DEMOCRÁTICA PELO DESENVOLVIMENTO	7
CONCEPÇÃO E PERMANÊNCIA	12
REALIZAÇÕES	15
PRIORIDADES	18

OPÇÃO DEMOCRÁTICA PELO DESENVOLVIMENTO

Nos últimos vinte anos, profundas mudanças institucionais marcaram a vida brasileira. Fomos capazes de restaurar a democracia, mas não soubemos estender ao plano econômico e social as conquistas políticas.

A década de 1980 deixou-nos um legado de milhões de desempregados e subempregados em consequência da estagnação de nossa economia. Se nos anos 70 crescíamos a uma taxa média de 8,6%, nos anos 80 esse percentual caiu para 1,5%, abaixo, portanto, do crescimento da nossa população. Essa realidade é inaceitável.

Para superá-la, devemos orientar o debate político para os grandes temas nacionais, evitando o caráter corporativo que o tem dominado nos tempos recentes. Os interesses particulares não se podem sobrepor aos do País. No regime democrático, a responsabilidade pelo destino da Nação cabe à sociedade como um todo. Somente ela poderá escolher os caminhos que conduzem ao progresso do País e descartar os que nos condenam à paralisia e ao atraso.

O corporativismo tem raízes históricas entre nós. A democracia não foi suficiente, por si só, para extirpá-lo. Ao contrário, o gradualismo do processo de redemocratização constituiu terreno fértil para que esse vício proliferasse. Boa parte das ne-

gociações políticas levou a soluções de escassa viabilidade econômica, e tendentes a aumentar a inflação. Traduziram-se muitas vezes em maiores gastos governamentais, com pouca ou nenhuma relação com as prioridades do País, ou com a capacidade de o setor público gerar as receitas correspondentes. Agia-se como se o Governo tudo pudesse prover e resolver, e como se a única responsabilidade da classe política fosse a intermediação de reivindicações setoriais.

A concentração do debate público em temas corporativos e as decisões advindas dessa situação contribuíram para o estrangulamento financeiro do Estado e o estreitamento da liberdade de atuação do Governo. A falta de vontade política e de um firme compromisso da sociedade, sobretudo dos setores organizados, para reverter esse processo levou à adoção de políticas econômicas de curto alcance, que acabaram ampliando as incertezas e, por conseguinte, a própria instabilidade que nos levou à hiperinflação.

Tal ambiente econômico tornou-se obstáculo ao desenvolvimento. A retração dos investimentos observada na década de 1980 decorreu diretamente da crise fiscal e da inflação, alimentadas ambas pelo avanço do corporativismo. Precisamos mudar esse estado de coisas, sob pena de não sairmos do presente impasse econômico e de chegarmos ao final do século com níveis de desemprego e de miséria ainda mais dramáticos que os atuais. É urgente que cada brasileiro recupere o sentido de futuro, de esperança e de compromisso pessoal com os destinos da coletividade.

O meu Governo tomou todas as medidas possíveis para frear, de imediato, o processo hiperinflacionário. Sabemos que esse era o primeiro passo, não havia alternativa. Mas não nos limitamos a isso. Desde o início, a modernização das relações econômicas e sociais tem sido uma de nossas maiores preocupações.

Temos como objetivo prioritário recolocar o Estado e a iniciativa privada em condições favoráveis à retomada do desenvolvimento auto-sustentado, pois estamos certos de que só assim poderemos alcançar a estabilidade sócio-econômica.

Essa perspectiva levou-nos a apresentar à sociedade o Projeto de Reconstrução Nacional, como desdobramento de minha proposta de modernização do País. A fim de trazer de volta ao debate público as questões maiores, relacionadas com as possíveis formas de retomada do desenvolvimento em bases sólidas e com desconcentração de renda, pretendemos que toda a Nação participe da definição dos caminhos para vencermos a crise e as desigualdades. Vamos compartilhar decisões e responsabilidades; é assim que se governa na democracia.

Cabe agora à sociedade manifestar-se diretamente, e também por intermédio de seus representantes legítimos, sobre o futuro que deseja e pelo qual está disposta a trabalhar. O Congresso Nacional terá papel absolutamente fundamental nesse esforço, seja como canal de expressão dos anseios da sociedade, seja como instrumento de realização das aspirações coletivas.

O Projeto de Reconstrução Nacional traz um conjunto de proposições, consistentes e orgânicas, a partir das quais se pretende obter sustentação política para a estratégia de retomada do desenvolvimento, com a determinação de metas e meios para concretizá-las. É preciso que a vontade nacional se articule na forma de escolhas claras.

Nossa taxa de investimentos tem sido inferior às necessidades de geração de emprego e riqueza. Estamos investindo 15% do Produto Interno Bruto, o que equivale a US\$80 bilhões ao ano. Para evitar o desemprego de mais de 20 milhões de pessoas no ano 2000, teremos de crescer a uma média anual de 6%, desafio que demanda investimentos da ordem de 23% do PIB, ou US\$120 bilhões anuais.

Essa é uma meta entre as várias que precisamos definir. A questão que se segue é como viabilizar a necessária elevação dos investimentos produtivos da economia brasileira. Sabemos que isso só se faz com a ampliação da poupança financeira. Esta, por sua vez, pode vir de três fontes: a poupança privada dos indivíduos e das empresas, a poupança do setor público e a poupança externa, canalizada principalmente através de investimentos estrangeiros.

É chegado o momento de a sociedade decidir como pretende elevar o nível de emprego e acabar com a miséria. Para tan-

to, deverá determinar se e como irá aumentar a poupança destinada ao investimento e como garantirá seu efetivo direcionamento para a esfera produtiva.

A estabilização é um pré-requisito evidente, mas não suficiente. Será necessário um esforço complementar para a ampliação da poupança, seja ela pública ou privada, interna ou externa.

Ampliar a poupança privada requer uma mudança de comportamento, em especial de parte dos que podem poupar. Requer também o controle do processo inflacionário e o estabelecimento de um ambiente de estabilidade econômica; neste esforço o Governo está fazendo a sua parte. Impõe-se mais sentido de futuro e de compromisso com o destino do País. Devemos acabar com a especulação, com a sonegação, com o consumo, além das necessidades reais, e aplicar nosso dinheiro, aqui no Brasil, em áreas que contribuam para o desenvolvimento nacional. Somente o conjunto da sociedade pode realizar essas transformações.

Aumentar a poupança do setor público significa diminuir gastos. Ao longo de 1990 muito foi feito nesse sentido. Uma redução ainda maior depende, no entanto, de uma reestruturação ousada. São mudanças que requerem medidas do Governo e do Congresso Nacional, e que acabarão por contrariar fortes interesses corporativos como a estabilidade do funcionalismo, ou implicar sacrifícios como a adequação dos benefícios do sistema previdenciário à disponibilidade de recursos. Caso essas transformações profundas deixem de ser feitas, a saída teria de ser o aumento da receita por meio da elevação dos impostos.

Se a sociedade brasileira não quiser cortar radicalmente gastos governamentais e privados para aumentar a poupança e não quiser mais impostos, terá de adotar medidas drásticas com vistas a uma maior participação da poupança externa, incentivando a captação de recursos no mercado internacional, sobretudo na forma de investimentos diretos.

As alternativas levantadas não são excludentes e podem ser combinadas. Inquestionável é a necessidade de decidir com urgência o caminho a seguir. Não fazê-lo, não aceitar mexer profundamente nesses aspectos de nossa economia significaria

aceitar o desemprego de 20 milhões de brasileiros até o final do século.

A sociedade brasileira não haverá de permitir que isso ocorra. Por isso propusemos o Projeto de Reconstrução Nacional. Uma de suas características centrais é afastar-se das questões e interesses exclusivos de grupos ou setores. É um projeto efetivamente nacional, livre das marcas do corporativismo.

Temos diante de nós a necessidade e os meios para garantir um presente e, sobretudo, um futuro melhor. Temos um Governo disposto a levar a fundo as mudanças indispensáveis à realização deste objetivo. Temos um Congresso Nacional renovado, que dá solidez às nossas instituições democráticas. Temos uma sociedade madura para decidir seu destino. Vamos a ele, com a ajuda de Deus!

*Artigo publicado no dia 2 de abril de 1991,
no jornal O Estado de S. Paulo.*

CONCEPÇÃO E PERMANÊNCIA

Ao apresentar o documento «Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional», o Governo quis aprofundar o seu programa de atuação, indicando um elenco de propostas e medidas que deveriam ser objeto de exame pela sociedade e servir de base à definição democrática dos rumos e das prioridades do desenvolvimento do País. A iniciativa nasce da convicção majoritária de que precisamos de mudanças profundas, e de que tais transformações requerem um projeto consensual sobre o Brasil moderno que desejamos construir.

Alguns afirmaram, quando de seu lançamento em março último, que se tratava de um gesto condenado a rápido esvaziamento. Outros, no momento da substituição de meus colaboradores diretos da área econômica, manifestaram a «certeza» de que o Projeto seria posto de lado.

Os fatos demonstram, no entanto, que a realidade é bem diferente. O chamado *projétão* está vivo e continua a dar sentido de conjunto e de coerência às ações do Governo.

Um depoimento sobre o meu sistema de trabalho no Palácio do Planalto fala por si mesmo. Tenho sobre a minha mesa, atualizadas permanentemente, planilhas com dados sobre o andamento de cada medida ou proposta adotada para a implementação do Projeto e com um cronograma do que será feito nos próximos meses. São projetos de lei e de lei complementar

que partem do Executivo, emendas a projetos nascidos no Legislativo, decretos, circulares do Banco Central etc. São questões tão variadas como a Lei de Custeio e Benefícios da Previdência Social, sancionada no último dia 24, o edital de venda da Usiminas, publicado em 31 de maio, e o Programa de Gestão das Estatais, estabelecido por decreto em 27 de maio.

As diretrizes constantes do Projeto de Reconstrução Nacional tornam-se realidade e vão mudando a face do Brasil. E não poderia ocorrer de outra maneira, pois naquele documento encontra-se a essência dos compromissos assumidos perante a Nação, consolidados e amadurecidos no primeiro ano do cumprimento de meu mandato.

Cabe uma advertência sobre a aura de pessimismo em que alguns parecem querer envolver a vida do País. Cria-se uma atitude, permeada de ceticismo, que convida os cidadãos a absterem-se de debater e de participar porque, supostamente, não valeria a pena. Pessimismo só gera mais pessimismo; niilismo, mais niilismo. Não é assim que as democracias reagem às dificuldades, não foi para isso que lutamos durante tantos anos pela reconquista da liberdade e da plena cidadania. Não é assim que virá a modernização do Brasil.

O processo democrático de tomada de decisões, sobretudo quando estão em discussão linhas mestras de nosso destino, exige desejo de participar com abnegação e sem preconceitos. Não têm cabimento as posições automáticas de crítica. A maior oportunidade que a democracia nos dá é de criarmos condições para a mudança, com a sólida consciência de nossos objetivos e com o engajamento efetivo de todos os setores da sociedade.

Apresentamos o Projeto de Reconstrução Nacional como o programa do Governo para transformar o País. Não se tratava de um produto acabado. Muito ao contrário, tratava-se de uma convocação para o debate abrangente e aberto entre lideranças partidárias e parlamentares, trabalhadores, empresários, intelectuais e organizações sociais. O *projeto* é um documento político e o foco natural das discussões em torno do mesmo terá de ser, naturalmente, o Congresso Nacional, no qual se expressam e se articulam as vontades dos diversos segmentos da população.

É fundamental motivar esse grande debate que, centrado no Congresso, envolva a Nação como um todo. O Governo vai fazendo sua parte no empreendimento quando se abre ao debate e, sobretudo, quando encaminha ao Legislativo, para exame e discussão, medidas que já estavam enunciadas no Projeto.

Muitos talvez não se tenham dado conta, em março, da importância do documento que elaboramos, da determinação e da transparência de propósitos que nos levaram a apresentá-lo. Em nossa história recente, os governos não tinham o hábito de mobilizar a coletividade para o debate, de prestar contas do que faziam e do que tencionavam fazer.

Quem achou que o *projeto* era um documento retórico ou abstrato enganou-se. No próximo artigo, mostrarei, com dados concretos, que as principais ações do Governo seguem as diretrizes nele contidas, com sentido de coerência a curto, médio e longo prazos. Uma das funções básicas do Projeto é, precisamente, a de unir o hoje ao amanhã. Cada uma das medidas que adotamos ou propomos faz parte do designio maior de erguer um Brasil moderno. É nessa condição que devem ser apreciadas e discutidas: não isoladamente, mas em conjunto; não com imediatismo, e sim com visão de futuro.

O Governo está cumprindo seu compromisso de liderar a transformação do País e pretende que a sociedade participe ativamente na definição e concretização dessas mudanças. O Governo — tanto eu como meus colaboradores — está disposto a dialogar com franqueza e abertura. Não há formatos preestabelecidos para o debate: o único requisito é que, de parte dos interlocutores, exista sinceridade e desejo verdadeiro de modernizar o Brasil. Todos os esforços construtivos são válidos nessa cruzada para que os brasileiros realizem suas aspirações de bem-estar e justiça, com liberdade e dignidade para todos.

*Artigo publicado no dia 28 de julho de 1991,
nos jornais O Globo, Correio Braziliense
e O Estado de S. Paulo.*

REALIZAÇÕES

O Projeto de Reconstrução Nacional produziu frutos que são hoje realidades de nosso cotidiano. Neste segundo artigo dedicado ao *projeto*, quero chamar a atenção da sociedade para alguns desses resultados.

Na verdade, desde março de 1990, a filosofia constante daquele documento orientava as ações do Governo. Justifica-se então a pergunta: para que elaborar o documento um ano depois da posse? Em primeiro lugar, quisemos apresentar nossa estratégia de modo mais orgânico. Embora boa parte dela já estivesse em execução, entendemos que havia chegado a hora de aprofundar alguns aspectos, especialmente os de caráter estrutural que devem estar amparados pela vontade consensual dos brasileiros. É o caso, por exemplo, da Reforma Administrativa, que avançou nos primeiros meses de nossa gestão, mas exige agora o equacionamento de temas delicados e polêmicos.

Em segundo lugar, o *projeto* atende à necessidade política de dar tratamento articulado às nossas diversas ações e propostas, especialmente junto ao Poder Legislativo. A obra do Governo ganha naquele texto um sentido mais nítido de globalidade e de vinculação entre o curto e o longo prazos. Como não seria exequível tratar de todos os assuntos com o mesmo grau de prioridade, reuniu-se no Projeto um conjunto de medidas essenciais que merecem encaminhamento especial.

O Congresso Nacional tem revelado sensibilidade em relação às iniciativas que, partindo do Executivo ou do próprio Legislativo, convergem na linha modernizadora que preconizamos. Em nossas reuniões com as lideranças parlamentares de diversos partidos, temos trabalhado com razoável êxito para manter em movimento a pauta do *projeto*, para que o desfecho da deliberação sobre determinadas matérias abra espaço para a apreciação de propostas já formuladas e de outras que se seguirão. Nesse processo, tal como indico a seguir, muito já foi feito.

No início de junho, sancionei leis, aprovadas pelo Congresso, sobre as seguintes matérias: isenção do IPI e depreciação acelerada para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento à exportação. Em abril, havia sancionado lei complementar sobre a isenção do ICMS para insumos de produtos exportáveis. Todas estavam previstas no *projeto*, entre as prioridades para a reestruturação competitiva da economia na área industrial. Juntamente com a Lei de Custeio e Benefícios da Previdência Social, peça fundamental para atender a reivindicações históricas dos trabalhadores, esses instrumentos legais são exemplos importantes da colaboração entre o Executivo e o Legislativo na modernização do Brasil.

Cabe também mencionar medidas adotadas pelo Executivo para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no *projeto*: criação do Fundo de Desenvolvimento Social; regulamentação dos Títulos de Desenvolvimento Econômico; lançamento do Programa de Gestão das Estatais; publicação do edital de venda da Usiminas; regulamentação de aplicações de investidores institucionais estrangeiros em Bolsas no Brasil; reformulação do Programa de Garantia da Atividade Agrícola — Proagro; agilização da cobrança de dívidas ativas e desbloqueio de cruzados novos para pagamento dessas dívidas. No capítulo do Projeto dedicado ao resgate da dívida social, há que registrar, como providências já em curso, o Projeto Minha Gente, para atendimento integral às crianças e adolescentes, a universalização do Programa de Merenda Escolar e o financiamento de 404 mil casas populares para famílias de baixa renda, em todo o Brasil, no âmbito do Plano de Ação Imediata de Habitação — PAIH.

Assinalo, ainda, os progressos expressivos do Programa Federal de Desregulamentação — que, entre muitas conquistas,

aboliu 107 mil decretos — e da implantação do Sistema Único de Saúde — SUS. Na área do meio ambiente, além de liderar a criação de uma nova atitude por parte da sociedade, o Governo adotou iniciativas como o Projeto de Recuperação da Qualidade Ambiental do Rio de Janeiro, que envolve despesas, até o ano 2000, da ordem de US\$3,6 bilhões.

Eis algumas das realizações concretas no âmbito do *projeto*. Podemos somar a elas várias medidas ora em tramitação no Congresso — na forma de projetos de lei ou de lei complementar — sobre as seguintes matérias: modernização das relações entre capital e trabalho; incentivos fiscais; imposto sobre grandes fortunas; novo código de propriedade industrial; concessão de serviços públicos; incentivo para capacitação tecnológica; desregulamentação dos portos; novo código dos desportos; nova política salarial; lei do inquilinato e revisão geral da remuneração dos funcionários públicos.

Como é de conhecimento da opinião pública, várias dessas iniciativas têm sido objeto de intenso debate tanto no âmbito dos trabalhos legislativos como entre as muitas organizações sociais. Isso revela que temos sido capazes de realizar as duas metas básicas do Projeto de Reconstrução Nacional: avançar no esforço de modernização econômica e social do País e, simultaneamente, elevar o nível de consciência para o desafio de construir o mais amplo entendimento entre todos os setores da vida nacional, como base indispensável para a transformação do Brasil.

*Artigo publicado no dia 31 de julho de 1991,
nos jornais O Globo, Correio Braziliense
e O Estado de S. Paulo.*

PRIORIDADES

Neste terceiro artigo sobre o Projeto de Reconstrução Nacional, quero tratar dos próximos passos que daremos para concretização de suas propostas.

O encaminhamento do enorme conjunto de ações previstas no *projeto* desdobra-se em tarefas de curtíssimo, curto e médio prazos — esses são os horizontes a partir dos quais podemos encarar os desafios do longo prazo.

No *curtíssimo prazo*, é preciso que a sociedade se interesse pelos temas que já estão sendo apreciados pelo Congresso, os quais enumerei no segundo artigo desta série, publicado na última quarta-feira. Convém que os parlamentares, neste segundo semestre de 1991, tomem em suas mãos a obra de ampliar a discussão e acelerar a votação das propostas em pauta. Destaco, entre elas, as que afetam a situação financeira e operacional do Estado e, muito especialmente, o projeto sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada. Com normas estáveis e conhecidas, criam-se as condições indispensáveis para uma maior participação do setor privado nessas atividades.

No *curto prazo*, é preciso aprofundar o debate em torno de dois problemas correlatos: a reforma e simplificação do sistema tributário e o reexame da divisão de competências entre as esferas federal, estadual e municipal. Temos de acabar com a duplicação (ou mesmo triplicação) de funções. Na área da saúde, por

exemplo, burocracias superpostas desperdiçam recursos enquanto falta dinheiro para esparadrapo, seringa e lençol. Este estado de coisas não pode continuar, e as lideranças políticas e sociais têm o dever de viabilizar a mudança o quanto antes.

No *médio prazo*, haveria três linhas de ação principais:

1) O *projeto* indica que alguns poucos aspectos específicos da Constituição comportariam emendas. A atualização constante da ordem legal é essencial na democracia. Nos países em que as constituições são sucintas, essas mudanças não afetam suas cartas magnas, porque estas enunciam apenas princípios e normas gerais. Nossa tradição é diferente: a Constituição brasileira regula, no pormenor, quase todas as esferas da vida em coletividade. Assim, é natural que a necessidade de alteração surja, entre nós, com maior frequência. Essa é uma discussão que temos de enfrentar com absoluta naturalidade e, principalmente, com o ânimo de erguer um país melhor.

2) Os avanços realizados desde março de 1990, inclusive a consistência com que o nosso projeto de modernização tem sido e continuará a ser cumprido, devem traduzir-se de forma cada vez mais clara em ganhos para a nossa imagem externa e, por conseguinte, em vantagens comparativas em termos de atração de investimentos estrangeiros. Por muitas razões temos, agora, a oportunidade de melhorarmos nossa posição relativa na dura competição internacional por recursos financeiros. A vitória nessa luta é absolutamente vital para o nosso desenvolvimento.

3) A percepção de que o Brasil é um país de futuro promissor depende de nosso êxito em estabelecer aqui uma sociedade onde haja justiça, educação e um sistema político capaz de superar os problemas e as crises na base de crescente corresponsabilidade entre os poderes constituídos e de maior participação da sociedade. Depende, também, de que confiemos em nós mesmos; a imagem externa do Brasil será, em larga medida, o reflexo de nossa auto-imagem.

Todas estas tarefas estão voltadas para a necessidade de cumprirmos os requisitos contemporâneos da construção da modernidade, tendo em vista que os mecanismos para o desenvolvimento sofreram importantes transformações nas últimas décadas. É bom lembrar que nos anos 50 e 60, tomou-se como con-

dição para o desenvolvimento o binômio transporte e energia. O investimento nessas áreas, feito pelo Estado, oferecia os meios para que a iniciativa privada investisse com perspectivas de alta rentabilidade. Daí decorriam o crescimento econômico e a esperança de superação da pobreza.

Hoje, isso mudou. O Estado, endividado, não tem meios para aplicar em infra-estrutura e deve recorrer a capitais privados externos e internos para fazê-lo, de modo a manter o ciclo infra-estrutura, investimento privado, crescimento econômico, bem-estar. A retomada de confiança, com a decorrente capacidade de atrair capital, só virá se houver estabilidade nas regras do jogo, e se se comprovar o novo trinômio do desenvolvimento: *justiça, educação, sistema político democrático e eficaz.*

Esse é o desafio que temos pela frente, o caminho para realizar a nossa aspiração maior: acabar com a pobreza e com o subdesenvolvimento. Sei que coincide com o desejo de todos os brasileiros e estou certo de que haveremos de vencê-lo, com a ajuda de Deus.

*Artigo publicado no dia 4 de agosto de 1991,
nos jornais O Globo, Correio Braziliense
e O Estado de S. Paulo.*

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG. QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM AGOSTO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
2.000 EXEMPLARES

«Precisamos de mudanças profundas
e tais transformações requerem
um projeto consensual sobre o
Brasil moderno que queremos
construir».

Presidente Fernando Collor

